

**Prefeitura Municipal de
Divinópolis/MG**

**Concurso Público
Edital 01/2024**



Advogado da Assistência Social

MANHÃ

PROVA TIPO 1 - BRANCA

CARGO: ADVOGADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Língua é progressista, reacionária ou nada disso, muito pelo contrário?

Dia desses, soube que, na nossa praça pública virtual, se travava um interessante debate sobre a língua portuguesa, que, em suma, se resumia a distinguir entre a postura progressista e a postura reacionária (ou “fascista”) em relação ao idioma. A defesa do aprendizado da norma culta coube aos “reacionários”, enquanto o ataque à valorização desse registro formal reunia os “progressistas”. Posta dessa forma, a discussão cai na polaridade ideológica e o público tende a se alinhar segundo o posicionamento de seu grupo (ou de sua bolha), o que, em geral, abrevia o debate, logo dando lugar a outra polêmica qualquer.

Segundo a tese progressista, o que chamamos de norma culta é o registro linguístico das classes dominantes, que, exatamente por sê-lo, seria “elitista” ou excludente. Hoje, soma-se a essa ideia a de que nem mesmo uma boa parte dessa classe dominante brasileira domina à perfeição essa norma, o que faria dela, em grande medida, uma norma obsoleta, um padrão antiquado ou mesmo “subserviente ao modelo colonizador eurocêntrico”.

Se está na ordem do dia contar a história do ponto de vista dos historicamente excluídos e estimular ações concretas (queima de estátuas, destruição de símbolos etc.) para “recontar” o passado, analogamente parece estar em curso uma tentativa de derrubar a norma culta do pilar em que ainda se encontra e promover a “diversidade linguística”. Nesse caso, cada um se expressaria como achasse melhor em qualquer circunstância, tese que parece bem razoável quando vista apenas do ponto de vista de certo ativismo político.

A tese progressista é sempre mais sedutora (e mais o seria se não fosse abraçada tão facilmente pelo sistema). Por que dizer “nós vamos” se a desinênciã “-mos” carrega a mesma informação contida no pronome “nós”? A formulação “nós vai”, por exemplo, é mais econômica, pois suprime a redundância, que é parte do sistema de concordância. Mais que isso, dizer “nós vai” pode ser algo libertário ou mesmo revolucionário. Pode, mas só enquanto representar um contraponto a uma norma estabelecida. Destruída a norma, “nós vai” se institucionaliza e passa a ser a nova norma. Ou, como aparentemente se deseja, as normas conviveriam todas em harmonia, com o mesmo peso. Será?

Para começar a mudança, talvez os textos pudessem ter um salutar percentual de desvios da norma, outro percentual de estrangeirismos (os que porventura não o tivessem espontaneamente), um percentual de gírias locais, enfim, os textos poderiam ser mais “diversos”, refletindo a língua efetivamente falada pela sociedade. Bem, chega de imaginação.

Quem tem de enfrentar as consequências desses debates são, em geral, os professores nas salas de aula. A eles cabe a parte prática de incorporar essas teses libertárias ao cotidiano da sala de aula ou bater na tecla da importância de dominar a norma dos espaços de poder e, ao mesmo tempo, estimular os jovens a ler os autores da nossa literatura, aqueles que, com sua inteligência e imaginação, cultivaram a língua portuguesa em todos os seus recursos.

Como se sabe, nem todos os estudantes se transformarão em leitores de literatura, principalmente nestes tempos de muita pressa para chegar a lugar algum. Aqueles que se aventurarem nesse mergulho, em que o tempo é suspenso e somos levados para outros mundos, esses, por certo, saberão dar valor à língua que, sim, nós herdamos do colonizador – do qual, a propósito, muitos de “nós” descendem – e cultivamos à nossa maneira, língua que é repleta de recursos e cujo conhecimento é mais que uma vestimenta de luxo para frequentar ambientes “elitistas”.

Literatura requer tempo e um pouco de solidão. A leitura de um livro nos faz adentrar cenários que se constroem com palavras e conhecer pessoas também feitas de palavras, que nos deixam saudade quando o livro se fecha. Escritores transformam palavras e frases (as mesmas que usamos na comunicação) em arte e, assim, somos levados à fruição da linguagem como fruimos música ou pintura.

É para ler os artistas da palavra que aprendemos os recursos da língua e é porque os lemos e vivenciamos em profundidade a experiência que generosamente compartilham conosco que queremos conhecer mais e mais os meandros dessa língua que nos conduz à sua alma.

Ninguém deveria ser privado da experiência da leitura de romances, que é a melhor forma de aprender a língua. O debate público bem poderia sair da superfície e estimular o avanço do conhecimento. Aos professores cabe a tarefa de ensinar os alunos a ler literatura – e a língua estará lá em seu esplendor.

(NICOLETI, Thaís. Língua é progressista, reacionária ou nada disso, muito pelo contrário? Jornal Folha de S. Paulo, 2024.)

Questão 01

De acordo com o texto, o estudo da língua tem como finalidade promover:

- A) A valorização do seu registro formal.
- B) A legitimação das variedades linguísticas.
- C) O empoderamento dos socialmente excluídos.
- D) O alcance da fruição estética nas obras literárias.

Questão 02

A autora afirma que a norma culta pode ser considerada arcaica porque:

- A) As demais variedades linguísticas já a sobrepujaram.
- B) A elite socioeconômica pouco domina suas prescrições.
- C) Suas regras deixaram de ser o cerne do ensino de língua.
- D) A reprodução do português europeu padrão ainda persiste.

Questão 03

Considerando as ideias veiculadas no texto, só NÃO é de responsabilidade dos professores:

- A) Abordar o fenômeno da diversidade linguística.
- B) Estimular a leitura do cânone literário brasileiro.
- C) Ensinar o registro formal da língua oral e escrita.
- D) Rebater as teses reacionária e progressista da língua.

Questão 04

A forma mais eficiente de aprender a língua portuguesa, na opinião da autora, é estar em contato frequente, sobretudo, com os gêneros textuais próprios do domínio discursivo:

- A) Jurídico.
- B) Ficcional.
- C) Jornalístico.
- D) Instrucional.

Questão 05

Segundo o texto, estimular a leitura literária só NÃO proporciona aos estudantes:

- A) A valorização da língua como expressão artística.
- B) A fruição da linguagem por meio da obra literária.
- C) O aperfeiçoamento da habilidade de escrita formal.
- D) O desejo contínuo de conhecer os recursos da língua.

Questão 06

Releia esta passagem: “A formulação ‘nós vai’, por exemplo, é mais econômica, pois suprime a redundância, que é parte do sistema de concordância.” (4º§). O fenômeno linguístico descrito anteriormente é semelhante ao que se encontra em:

- A) “O teiado de paia caiu com a chuva.”
- B) “Os menino ficou sujo de terra do quintal.”
- C) “Vossa mercê > vossemecê > vosmecê > você > cê.”
- D) “Eu comecei a *ficá* vermelho e a *gajejá* de nervoso.”

Questão 07

A mudança de posição de uma palavra em relação a outra pode acarretar não só importantes alterações semânticas, como também a mudança da sua classe gramatical. Tal fenômeno só NÃO ocorre em:

- A) *lugar algum* (7º§) / algum lugar
- B) *certo ativismo* (3º§) / ativismo certo
- C) *salutar percentual* (5º§) / percentual salutar
- D) *qualquer circunstância* (3º§) / circunstância qualquer

Questão 08

Nos enunciados transcritos a seguir, os pronomes destacados foram utilizados como elementos coesivos anafóricos, pois retomam informações já mencionadas no texto. Em qual alternativa os pronomes destacados retomam o mesmo referente?

- A) I. “[...] estará lá em seu esplendor.” (10º§)
II. “[...] com sua inteligência [...]” (6º§)
- B) I. “A eles cabe a parte prática de incorporar [...]” (6º§)
II. “[...] é porque os lemos e vivenciamos [...]” (9º§)
- C) I. “[...] e mais o seria se não fosse abraçada [...]” (4º§)
II. “[...] porventura não o tivessem espontaneamente [...]” (5º§)
- D) I. “[...] esses, por certo, saberão dar valor à língua [...]” (7º§)
II. “Aqueles que se aventurarem nesse mergulho, [...]” (7º§)

Questão 09

No trecho: “[...] a *desinência ‘-mos’* carrega a mesma informação contida no pronome ‘*nós*?’” (4º§), *-mos* e *nós* portam, na verdade, duas informações gramaticais concomitantes, que são:

- A) Tempo e modo.
- B) Pessoa e tempo.
- C) Número e pessoa.
- D) Gênero e número.

Questão 10

Assinale a alternativa em que há presença de uma locução adverbial feminina com valor semântico de modo, razão que justifica o uso do acento indicativo de crase.

- A) “[...] *ataque à valorização* desse registro formal [...]” (1º§)
- B) “[...] e, assim, somos levados *à fruição* da linguagem como [...]” (8º§)
- C) “[...] dar valor *à língua* que, sim, nós herdamos do colonizador [...]” (7º§)
- D) “[...] classe dominante brasileira domina *à perfeição* essa norma, [...]” (2º§)

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Helena comprou um lote recentemente para construir sua casa e destinou um dos cômodos para ser uma grande cozinha. Sabe-se que a base desse cômodo possui o formato de um polígono com quatro lados, cujos tamanhos, em metros, formam números consecutivos. Se o perímetro dessa base é equivalente a 34 metros, qual o maior valor, em metros, dos lados da base do cômodo?

- A) 8.
- B) 9.
- C) 10.
- D) 11.

Questão 12

Uma famosa distribuidora de jogos eletrônicos fez um evento para a promoção dos jogos X e Y. Durante o evento, 600 pessoas puderam experimentar, gratuitamente, os dois jogos. Após esse período de testes, cada pessoa foi questionada a respeito de sua opinião sobre os jogos. Como resultado, concluiu-se que dois terços do total de pessoas gostaram do jogo X, três quintos do total de pessoas gostaram do jogo Y e 180 pessoas gostaram dos dois jogos. De acordo com os resultados, quantas pessoas não gostaram de nenhum dos dois jogos?

- A) 5.
- B) 10.
- C) 15.
- D) 20.

Questão 13

Larissa, Olívia e Raquel trabalham no mesmo salão de beleza e atuam, de forma distinta, nas funções de manicure, cabeleireira e recepcionista, mas não necessariamente nesta ordem. Com respeito à idade distinta das três profissionais, a recepcionista não é a mais nova e nem a mais velha. Se Olívia é cabeleireira e Raquel é a mais velha, é correto afirmar que:

- A) Raquel é cabeleireira.
- B) Larissa é mais velha que Raquel.
- C) A cabeleireira não é a mais nova.
- D) A manicure é mais velha que a cabeleireira.

Questão 14

Em um fim de semana, Roberto fez um trajeto de ida e volta saindo de sua casa até a praia mais próxima. Na ida, ele desenvolveu no seu carro uma velocidade média de 80 km/h e, na volta, por causa de um acidente, desenvolveu uma velocidade média de 50 km/h. Considerando que não houve intervalos de parada e foi utilizado o mesmo trajeto na ida e na volta, a viagem teve uma duração total (ida e volta) de 13 horas. Com base nessas informações, qual a distância, em quilômetros, entre a casa de Roberto e a praia mais próxima?

- A) 200.
- B) 300.
- C) 400.
- D) 500.

Questão 15

Considere que as questões de determinada prova abordem apenas um dos dois conteúdos A e B, sendo que os números de questões de cada conteúdo são distintos. Ao estudar para essa prova, Thalita pretende gastar 600 minutos. Esse tempo será distribuído entre os conteúdos de forma diretamente proporcional ao número de questões da prova referentes a cada conteúdo. Sabe-se que um dos conteúdos terá 20 questões na prova e o conteúdo restante recebeu 360 minutos de estudo por parte de Thalita. Qual a quantidade de questões da prova?

- A) 30.
- B) 40.
- C) 50.
- D) 60.

Questão 16

Fernando, Cícero, Hamilton e Anderson são estagiários e atuam no setor de tecnologia da informação em uma instituição. Em determinado dia de trabalho, apenas um deles propagou, por descuido, um vírus no sistema. Ao notar os efeitos prejudiciais no sistema, o chefe do setor questionou os 5 estagiários se algum deles foi o responsável pela propagação do vírus. Ele obteve as seguintes respostas:

- Fernando: Eu não propaguei o vírus no sistema;
- Cícero: Foi o Fernando quem propagou o vírus no sistema;
- Hamilton: Fernando está mentindo;
- Anderson: Não foi Cícero quem propagou o vírus no sistema.

Se somente um dos quatro estagiários disse a verdade e, conseqüentemente, os demais mentiram, quem propagou o vírus no sistema?

- A) Cícero.
- B) Hamilton.
- C) Fernando.
- D) Anderson.

Questão 17

Somando-se as duas turmas de calouros de um curso de engenharia civil em determinada universidade, tem-se 84 alunos. Após o final do primeiro período, foi contabilizado o percentual de reprovação desses alunos nas disciplinas de Cálculo I e Geometria Analítica e Álgebra Linear (GAAL). Observou-se que 20% dos calouros que foram reprovados em Cálculo I também foram reprovados em GAAL. Por outro lado, 80% dos calouros que foram reprovados em GAAL também foram reprovados em Cálculo I. Considere que todos os calouros reprovaram em pelo menos uma das duas disciplinas. Com base nessas informações, quantos calouros reprovaram em ambas as disciplinas?

- A) 12.
- B) 14.
- C) 16.
- D) 18.

Questão 18

No estoque de uma farmácia, chega uma grande quantidade de remédios. Conforme as informações do entregador, 60% dos remédios são genéricos, dos quais 45% exigem receita médica. Já entre os remédios que não são genéricos, 55% deles exigem receita médica. Se a quantidade total de remédios que não exigem receita médica é 204, então a quantidade de remédios genéricos que exigem receita médica é:

- A) 88.
- B) 108.
- C) 115.
- D) 132.

Questão 19

No setor de processos de uma repartição pública trabalham 11 profissionais. Com respeito à carga horária de trabalho de cada um deles, sabe-se que 3 trabalham no regime de 6 horas/dia, 2 trabalham no regime de 4 horas/dia, 2 trabalham no regime de 8 horas/dia e 4 trabalham no regime de 7 horas/dia. É necessariamente correto afirmar que:

- A) Em qualquer grupo de 6 profissionais desse setor há profissionais de pelo menos 4 regimes diferentes.
- B) Em qualquer grupo de 8 profissionais desse setor há, pelo menos, 1 que trabalha no regime de 7 horas/dia.
- C) Em qualquer grupo de 5 profissionais desse setor há, pelo menos, 1 que trabalha no regime de 8 horas/dia.
- D) Em qualquer grupo de 7 profissionais desse setor há, pelo menos, 1 que trabalha no regime de 6 horas/dia.

Questão 20

Determinada turma do terceiro ano do ensino médio possui 25 estudantes. Um grupo com cinco desses estudantes deve ser formado para representar a turma na preparação da formatura. Ronaldo e Ticiane são estudantes dessa turma, mas, por razões pessoais, não podem participar juntos do grupo. Atendendo a essa restrição, quantos grupos distintos podem ser formados?

- A) 51.359.
- B) 53.130.
- C) 56.456.
- D) 58.984.

CONHECIMENTOS DE DIREITO

Questão 21

Determinada autoridade municipal delegou ao seu subordinado, servidor público efetivo, por meio de Portaria Normativa publicada no meio oficial, a edição de instrução normativa, a decisão relacionada a pedidos de acesso a informações e a decisão de recursos administrativos. De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, a delegação é válida

- A) em todos os casos descritos.
- B) apenas para a decisão relacionada a pedidos de acesso a informações.
- C) apenas para a edição de instrução normativa e para a decisão relacionada a pedidos de acesso a informações.
- D) apenas para a decisão relacionada a pedidos de acesso a informações e para a decisão de recursos administrativos.

Questão 22

Certo servidor municipal foi condenado por ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito, auferindo, mediante a prática de ato doloso, vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo. De acordo com a Constituição Federal, o servidor poderá sofrer:

- A) Indisponibilidade dos bens e ressarcimento do erário com efeitos penais, o que impede ação penal pelo mesmo fato.
- B) A perda da função pública, a indisponibilidade dos bens, mas não a suspensão de seus direitos políticos como cidadão.
- C) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens, com prejuízo da ação penal.
- D) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal pelo mesmo fato.

Questão 23

Determinado cidadão pediu informações relacionadas à Prefeitura de Divinópolis. Tendo em vista a situação hipotética descrita e de acordo com a Lei de Acesso à Informação, o órgão poderá exigir do requerente informações sobre:

- A) A identificação do requerente e os motivos determinantes do pedido de acesso à informação.
- B) A identificação do requerente, cujo não atendimento das exigências poderá inviabilizar a solicitação.
- C) A identificação do requerente, a qual não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, e a especificação da informação requerida.
- D) A identificação do requerente, a qual não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, bem como a especificação da informação requerida e os motivos determinantes do pedido de acesso à informação.

Questão 24

O Município de Divinópolis realizou cadastro e tratamento de dados pessoais dos cidadãos residentes em seu território com o objetivo de facilitar a execução de políticas públicas prevista em lei, realizar pesquisas de satisfação por órgão de pesquisa e estabelecer métodos efetivos de cobrança de impostos de sua competência. Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a afirmativa correta.

- A) Não se aplica à Administração Pública municipal como pessoa de direito público.
- B) Não permite o tratamento de dados pessoais para a cobrança de impostos de sua competência, tendo em vista que se trata de exercício de direito em processo judicial e administrativo.
- C) Não permite o tratamento de dados pessoais para pesquisas de satisfação, salvo se os dados forem sempre anonimizados, mas é possível para o estabelecimento de métodos efetivos de cobrança de impostos de sua competência.
- D) O tratamento de dados, nesse caso, é permitido para a execução de políticas públicas prevista em lei, para realizar pesquisas de satisfação por órgão de pesquisa e para estabelecer métodos efetivos de cobrança judicial de impostos de sua competência.

Questão 25

Certo servidor público municipal efetivo foi eleito para o cargo de Vereador de Divinópolis. De acordo com a Constituição Federal, ele:

- A) Não poderá assumir o cargo de Vereador em observância ao princípio da moralidade.
- B) Deve ficar afastado do cargo efetivo de servidor municipal, devendo receber a remuneração de Vereador.
- C) Deve ficar afastado do cargo efetivo de servidor municipal, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- D) Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo de Vereador.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 26

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Divinópolis, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao partido político X, regularmente constituído e com representação na Câmara, é defeso a denúncia de atos e decisões de qualquer dos Poderes do Município que atentem contra o patrimônio público e os interesses legítimos, coletivos ou difusos.
- II. Joana, cidadã divinopolitana, como integrante do povo e em razão da expressão da soberania popular, tem direito ao acesso aos documentos públicos em geral e segundo regulamentação em lei especial.
- III. A Arquimedes, pessoa com deficiência, será assegurado o acesso ao transporte coletivo urbano e rural, bem como facilitação de acesso às áreas de lazer.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 27

Eufrázia, servidora lotada na Secretaria de Educação do Município, ao revisar documento elaborado por estagiário de seu departamento, se deparou com as seguintes afirmativas, das quais uma se mostra INCORRETA frente ao que dispõe a Lei Orgânica de Divinópolis; assinale-a.

- A) Há necessidade de autorização legislativa para a criação de subsidiária de empresa pública municipal.
- B) As autarquias dependem de lei específica para sua criação e, uma vez criadas, passam a integrar a administração direta e a estrutura organizacional do município.
- C) Ainda que custeados por entidades privadas, deve ser observado o caráter educativo, informativo ou de orientação social da publicidade dos atos, programas, projetos, obras, serviços e campanhas da administração pública direta ou indireta, fundações e órgãos controlados pelo poder público.
- D) Os servidores públicos municipais serão regidos por estatuto próprio, observados os limites e princípios constitucionais, sendo ouvido o sindicato representativo da categoria, quando em ocasião de apresentação de proposição de lei, através de encaminhamento de parecer opinativo circunstanciado.

Questão 28

Melquíades, após aprovação em concurso e em sua primeira semana de exercício em cargo lotado na Procuradoria do Município de Divinópolis, recebeu de seu superior imediato a incumbência de elaborar cartilha informativa aos demais servidores do departamento, trazendo as principais disposições sobre a dinâmica do processo legislativo em âmbito municipal. Assinale, a seguir, a seguir a única afirmativa correta que deverá constar no material elaborado por Melquíades.

- A) O processo legislativo envolve a oportunidade de manifestação dos Poderes constituídos do Município, sendo que o projeto de lei tem sua fase final definida no ato terminativo do Prefeito de sancionar ou vetar a proposição.
- B) A Lei Orgânica garante a iniciativa popular somente para a edição de leis ordinárias; as leis complementares, por se tratarem de matérias submetidas a rito especial, são necessariamente de iniciativa do Executivo ou do Legislativo municipal.
- C) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, ou mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara de Vereadores, ou mediante subscrição de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.
- D) Determinadas matérias possuem determinação de rito especial de lei complementar, devendo o respectivo projeto de lei ser aprovado por maioria dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos da votação das leis ordinárias; exemplo disso é o projeto de lei tendente a instituir estatuto dos servidores públicos municipais.

Questão 29

Sobre os conceitos trazidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis (Lei Complementar nº 9/1992), assinale a afirmativa correta.

- A) Servidores são aqueles legalmente investidos em cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, os quais são criados por lei ou decreto, com denominação própria e exercício a título remunerado ou gratuito.
- B) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei, reajustado periodicamente de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo e sendo vedada a sua vinculação.
- C) A revisão, no que tange ao processo disciplinar, é a possibilidade de reanálise do referimento procedimento, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- D) Reversão é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens pecuniárias e promoções de que tenha sido privado por força do ato ilegal que lhe determinou o afastamento.

Questão 30

Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Adonias ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
 - II. Melquisedeque ausentou-se do serviço intencionalmente por mais de trinta dias consecutivos.
 - III. Bernardo injustificadamente recusou-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.
- Considerando que não há reincidência nas condutas descritas e que elas não justificam imposição de penalidade mais grave, os servidores estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares, respectivamente:**

- A) Censura, exoneração e demissão.
- B) Advertência, demissão e suspensão.
- C) Censura, destituição do cargo e advertência.
- D) Advertência, exoneração e afastamento cautelar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

“Consoante doutrina especializada, a Hermenêutica Constitucional, que se destina à interpretação das normas fundamentais, possui métodos, princípios e limites próprios. Nesse contexto, para o método _____, a análise da norma constitucional não se fixa na literalidade da norma, mas parte da realidade social e dos valores subjacentes do texto da Constituição, a qual deve ser interpretada como algo dinâmico e que se renova constantemente, no compasso das modificações da vida em sociedade.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) científico-espiritual
- B) tópico-problemático
- C) normativo-estruturante
- D) hermenêutico-concretizador

Questão 32

Considerando as normas constitucionais sobre o processo legislativo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de lei sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.
- () Se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- () A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, F, V.
- C) F, F, F.
- D) V, V, F.

Questão 33

Sobre a política urbana, a Constituição Federal dispõe que é facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

- A) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, parcelamento ou edificação compulsórios e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- B) Parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- C) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, parcelamento ou edificação compulsórios e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até quinze anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- D) Parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até quinze anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Questão 34

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- A) Eleger membros do Conselho de Defesa Nacional.
- B) Autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- C) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- D) Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei orçamentária anual.

Questão 35

Em um caso de violência doméstica contra a mulher, cuja ação penal pública está condicionada à representação da ofendida, o juiz Alberto designou, de ofício, uma audiência para a renúncia à representação. A vítima Joana, no entanto, não compareceu à audiência. Com base nisso, o juiz Alberto decidiu pela renúncia tácita ao direito de representação. Após ser intimada, Joana consultou um advogado da assistência social, o qual concluiu, corretamente, à luz da Lei Maria da Penha e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que o juiz Alberto:

- A) Errou, pois o magistrado pode designar de ofício a audiência, mas o não comparecimento de Joana não implica renúncia tácita ao direito de representação.
- B) Acertou, pois o magistrado pode designar de ofício a audiência e o não comparecimento de Joana implica renúncia tácita ao direito de representação.
- C) Errou, pois o magistrado não pode designar de ofício a audiência, mas, caso essa fosse requerida pela ofendida, o não comparecimento de Joana implicaria renúncia tácita ao direito de representação.
- D) Errou, pois o magistrado não pode designar de ofício a audiência e, ainda que essa fosse requerida pela ofendida, o não comparecimento de Joana não implica renúncia tácita ao direito de representação.

Questão 36

De acordo com a Lei nº 8.742/1993, a assistência social rege-se pelos seguintes princípios, EXCETO:

- A) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- B) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- C) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se prioridade às populações rurais.
- D) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

Questão 37

Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993, o benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. A esse respeito, é correto afirmar que:

- A) O benefício de prestação continuada deve ser revisto anualmente para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- B) O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos na Lei.
- C) O benefício de prestação continuada será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, inclusive na condição de aprendiz, imediatamente.
- D) Segundo a Lei, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, mesmo que não vivam sob o mesmo teto.

Questão 38

O adolescente Jeremias praticou ato infracional análogo a crime e, em regular processo judicial de apuração, foi condenado, por sentença, a cumprir medida socioeducativa, com inserção em regime de semiliberdade. Contudo, Jeremias está foragido e se encontra em local incerto e não sabido. Nesse contexto hipotético, a intimação da sentença, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, deverá ser feita:

- A) Ao defensor de Jeremias, apenas.
- B) Aos pais ou responsável de Jeremias, apenas.
- C) Aos pais ou responsável de Jeremias e ao seu defensor.
- D) A Jeremias, por edital, aos seus pais ou responsável e ao seu defensor.

Questão 39

Maria, uma idosa de 60 anos, foi diagnosticada com uma doença crônica que requer assistência médica permanente. Atualmente, Maria reside em uma instituição asilar de caráter social. Diante das circunstâncias apresentadas e das disposições normativas da Lei nº 8.842/1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, é correto afirmar que Maria:

- A) Não pode continuar residindo na instituição asilar, pois necessita de assistência médica permanente.
- B) Pode continuar residindo na instituição asilar, desde que a instituição providencie visitas médicas regulares.
- C) Pode continuar residindo na instituição asilar, desde que a instituição contrate um médico especializado em geriatria.
- D) Não pode continuar residindo na instituição asilar, pois necessita de assistência médica permanente, mas, se dependesse apenas de enfermagem permanente, poderia.

Questão 40

A Lei nº 8.080/1990 estabelece que em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. Considerando as normas atinentes a esse direito, analise as afirmativas a seguir.

- I. No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, obrigatoriamente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento.
- II. Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com, no mínimo, doze horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário.
- III. No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde.
- IV. Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de uma questão discursiva sobre o tema específico do cargo. Será avaliada em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de cinco linhas e máxima de vinte linhas. Será atribuída nota zero ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	15 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

A atual Constituição faz previsão expressa de proteção às crianças, aos adolescentes e aos jovens, incluindo normas de direitos sociais para tal. Nesse sentido, reza que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(Disponível em: Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodivm. 2020. Pág. 928.)

Considere que o Advogado da Assistência Social de Divinópolis recebeu a incumbência de participar das atividades de capacitação e formação continuada da equipe da área, devendo preparar palestra cujo tema é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990). Com base no referido diploma legal, discorra sobre os seguintes tópicos:

- A) Definição de criança e adolescente, para os fins legais;
- B) Diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente (descreva duas dessas diretrizes);
- C) Princípios que regem a aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente (cite e explique, pelo menos, dois desses princípios).

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 30 (trinta) questões de múltiplas escolhas para os cargos de nível fundamental; 40 (quarenta) questões para os cargos de nível médio/técnico; nível superior (áreas diversas); nível superior (saúde); e, nível superior (procuradoria); 1 (uma) dissertação para os cargos de Assistente Educacional, Educador de Trânsito, Professor de Educação Física, Professor de Língua Estrangeira Moderna, Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas, Publicitário, Supervisor Orientador de Ensino e Técnico Escolar; 1 (uma) questão discursiva para todos os demais cargos de nível superior (exceto cargos de Médico – todas as especialidades, os que farão dissertação – indicados anteriormente e Procurador do Município); e, 1 (uma) peça prático-profissional privativa de Advogado (petição ou parecer) para o cargo Procurador do Município.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para cargos somente com provas objetivas; 4 (quatro) horas para cargos com provas objetivas e prova discursiva (relacionados no subitem 5.2.2 do edital – exceto Procurador do Município); e, 5 (cinco) horas apenas para Procurador do Município. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.